

## MULHERES CATÓLICAS E FEMINISMO NA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Simone da Silva Costa<sup>1</sup>

Com o objetivo de discutir a relação existente entre a ação da Igreja Católica e as idéias feministas que começavam a ganhar espaço na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, escolhi duas organizações de mulheres que representam os dois pólos de discussão a ser estudado. De um lado o Movimento Noelista como representante da Igreja Católica e, do outro, como representante do movimento feminista, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

O Noel ou Movimento Noelista constitui em grupo leigo católico nascido na França em 1894, a partir de uma revista chamada *Le Noel* era formado por senhoras da sociedade.

No Brasil, o Movimento estava dividido em Núcleos Noelistas, que consistiam em centros de atividades, fundado a partir da iniciativa das Noelistas, seguindo as tradições do Noel e com a permissão da autoridade religiosa local. A permissão da autoridade religiosa era mais que uma simples licença para o funcionamento do mesmo, era um compromisso que a Igreja assumia para com o movimento, pois partia dela toda a orientação direcionada às suas integrantes, e isso incluía desde a formação cristã, realizada através de reuniões, retiros e congressos, até as obras de cristianização como as festas beneficentes para os pobres e as aulas de catecismo, como meio de combater o ensino laico. Para tanto, era necessário que cada Núcleo fosse acompanhado por um eclesiástico, que tinha a função de conselheiro doutrinal. “Nenhum Núcleo – como nenhuma obra – podia viver sem assistência de um sacerdote, que assumia a denominação de ‘protetor’. (Pequeno Catecismo Noelista, 15 abr. 1935).

Desde a fundação do Noel no Brasil, em 1914, as expectativas que foram depositadas no movimento, no sentido de colocar em ordem a sociedade que vinha sofrendo com os inimigos da Igreja, abrem um espaço de esperança e reforço para o exército cristão em defesa da Instituição e o que ela representava. No trabalho a ser desenvolvido pelas noelistas, o primeiro alvo consistia na recuperação da mulher, que começava a se influenciar pelas idéias de “emancipação” importadas da Europa

---

<sup>1</sup> A autora é doutoranda no programa de Pós-Graduação em História da UFPE e professora da rede municipal de ensino de Santa Rita-PB.

Segundo Maluf e Mott as mudanças ocorridas no comportamento feminino ao longo das três primeiras décadas do século XX incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. Afirmam também que estas foram acompanhadas com certa ansiedade pelos segmentos mais conservadores da sociedade, já tomados pelas grandes transformações que o país vinha vivendo. Contudo, não faltaram as vozes que buscavam ser ouvidas publicamente em defesa das questões feministas e femininas.

Após a 1ª Grande Guerra Mundial, evidencia-se o aparecimento de várias associações feministas que buscavam a inserção da mulher no espaço público e a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) no ano de 1922 foi marcante para a afirmação do movimento feminista no Brasil. Oriunda da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1919 por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, em prol da luta pelo voto feminino.

Apesar das discussões sobre a emancipação feminina estarem presentes na Paraíba desde o início do século XX, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino só veio a ser criada em 11 de março de 1933. Formada por mulheres de destaque na sociedade paraibana e de atuação no sistema educacional, a Associação apresenta preocupações com relação a sua aceitação por parte da Igreja Católica e demais setores conservadores da sociedade. Pois, tinha como principal objetivo fazer com que fossem reconhecidos os direitos da mulher através da promoção da educação feminina. (A UNIÃO, fev. de 1933, p.8)

Por considerar o feminismo, assim como outros movimentos, como subversivos, Igreja aponta como um dos fatores da crise da Humanidade e um dos responsáveis pelo fim da civilização, sendo, então, fortemente combatido pela Instituição, como uma conduta moral inadequada às mulheres.

O Movimento dividido em Núcleos Noelistas consistia em centros de atividades, fundado a partir da iniciativa das Noelistas, seguindo as tradições do Noel e com a permissão da autoridade religiosa local. A permissão da autoridade religiosa era mais que uma simples licença para o funcionamento do mesmo, era um compromisso que a Igreja assumia para com o movimento, pois partia dela toda a orientação direcionada às suas integrantes, e isso incluía desde a formação cristã, realizada através de reuniões, retiros e congressos, até as obras de cristianização como as festas beneficentes para os pobres e as aulas de catecismo, como meio de combater o ensino laico. Para tanto, era necessário que cada Núcleo fosse acompanhado por um eclesiástico, que tinha a função

de conselheiro doutrinal. “Nenhum Núcleo – como nenhuma obra – podia viver sem assistência de um sacerdote, que com a denominação de ‘protetor’. (Pequeno Catecismo Noelista, 15 abr. 1935).

O Noel marcou o início do grande movimento de mocidade feminina. Marcou uma fase diferente no cenário católico brasileiro. Até então, existiam entre nós associações inúmeras de caráter piedoso. Organizações valiosas mas que limitavam o programa de vida ao fervor da prece, ao calor da oração. O Noel chega ao Brasil trazendo a bandeira de um vasto e complexo movimento. Exigia fé e piedade, como base do grande edifício. **Estimulava a cultura, numa justa compreensão à lógica evolução dos tempos.** Ensinava a caridade, baseada não na simples filantropia, mais apoiada nos princípios de justiça, **nas múltiplas exigências das necessidades sociais.**

**Pela primeira vez no País, uma organização piedosa desdobrava um programa ativo: descia a penitenciária, corria hospitais, aparecia na imprensa. Escrevia e rezava.** Com a mesma simplicidade e modéstia estava na sala de teatro ou na choupana do pobre. Cumprindo a síntese do seu programa – **servir.** Ensinando às suas associadas aquela magnífica triologia que tão bem se reúnem(sic) em uma vida de mulher – **amar, servir, proteger.** (Revista *Natal*, 1939, p. 28 – grifos nossos)

Dessa forma, à mulher cabia, portanto, amar, servir e, ainda, proteger seus filhos, maridos, enfim, a sua família e, também, a sociedade dos males que poderiam sofrer. A família era o núcleo, a célula mais importante da sociedade, “todos” os olhos estavam direcionados para ela. Era, portanto, dever da mulher protegê-la de todos os perigos que, porventura, viessem a ameaçá-la.

Ao passo que o feminismo se infiltrava na sociedade, buscando espaço para atuar na luta pelos direitos das mulheres, a Igreja Católica enquanto instituição defensora da ordem e do equilíbrio social reagia no intuito de evitar a desordem e o caos social. Socialmente conhecidas como as “rainhas do lar”, as mulheres, cristãs eram-lhes atribuído o importante papel na construção de uma nação forte e livre de qualquer ameaça, partindo-se do princípio de que a Pátria é o conjunto dos lares.

Dessa forma, o pensamento conservador católico, baseado na concepção de um todo organizado, define papéis sociais, determinando para as mulheres a relevante missão de edificar os seus lares contribuindo para uma nação “fortemente cristã”, livre de todas as ameaças, dentre elas, o feminismo, considerado o usurpador da sublime missão feminina de mãe e esposa dedicada.

O feminismo defendido pelas associadas Associação Paraibana pelo Progresso Feminino neste espaço aproxima-se do feminismo cristão defendido pelo Movimento

Noelista, um feminismo em que se admitia e se concordava com as reivindicações das mulheres, na medida em que estas não desintegrassem a mulher de seu verdadeiro lugar, o lar, e da sua “natural” função, ser mãe. Como deixa claro o artigo do jornal *A Imprensa*, intitulado *A Igreja e o feminismo*.

O feminismo que não desintegra a mulher do lar, este terá sempre as bênçãos da Igreja. **A Igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo. Não é indiferente às transformações políticas e sociais** que agitam o mundo. Por isto a igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver honestamente [...], como a que vai purificar nas urnas, com a sua fé intencional e participar da vida política do país. (Jornal *A Imprensa*, 25 marc. 1931, p.3 – grifos nossos).

Dois anos após a publicação desse artigo ainda é bastante evidente a relação entre as feministas paraibanas – associadas a Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino – e a Igreja Católica, entretanto, muito mais na perspectiva de apoio por parte da Instituição do que na busca de uma orientação tutelada. Há, portanto, uma grande preocupação por parte da Associação quanto a recepção da mesma na capital paraibana. No texto publicado no jornal *A União*, a presidente da APPF, Lylia Guedes deixa claro a sua preocupação com relação ao impacto que a associação feminina poderia causar na sociedade paraibana, bem como afirma não ter nenhuma intenção de se colocar contra a Igreja Católica ou contra a ordem governamental.

“Sr Redator: Meus respeitosos cumprimentos. Rogo-vos a mínima gentileza da publicação, em vosso conceituado jornal, do seguinte esclarecimento que desejo às nossas patrícias, na qualidade de presidente da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, sociedade recém-fundada nesta capital.

Logo ao circular a notícia de nossa instalação, algumas associações católicas eram advertidas pelos seus diretores espirituais de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pela Dra Bertha Lutz – sociedade por cuja iniciativa fora fundada a nossa, pregava idéias contrárias ao catolicismo. Ora a nossa única intenção foi reunir a família paraibana no laço da maior fraternidade, sem impor princípios que viessem ferir melindres religiosos, políticos ou mesmo regionalistas. A associação com suas sessenta e tantas associadas, em grande parte católicas [...] tendo como preocupação exclusiva o engrandecimento da mulher sem imposição ou restrição alguma às suas crenças que serão respeitadas de modo absoluto. Todas somos mulheres e é isto que nos une.

Apressei-me, pois, em pedir informações às filiadas da Federação, da maneira como tinham sido recebidas pela Igreja Católica e agora que me chega boa documentação sobre o caso, estou habilitada a dizer às minhas distintas

consorcias e demais patrícias que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida pela Dra Bertha Lutz, de cujo programa nos afastamos da parte que pleiteia para a mulher – pela razão já divulgada pela imprensa, mas que se faz oportuno repetir, **de ser a grande maioria de nossas patrícias indiferentes a tais conquistas** – foi recebida nos Estados onde fundou filiais, com os maiores aplausos, por parte da Igreja Católica e em alguns parece até que a Igreja e a fundação comungam do mesmo ideal”. ( A União, 1933, p.1-grifos nosso)

O texto apresentado pela presidente da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino é explícito quanto a preocupação da mesma com relação a aceitação não somente da Igreja como da sociedade a respeito da fundação da seção paraibana da FBPF.

Do ponto de vista das Noelistas, a preocupação era em formar o meio feminino dentro dos preceitos cristãos. Na Paraíba, essa orientação foi transferida para as noelistas paraibanas, que viam na formação cristã da mulher uma necessidade para a formação do exército feminino em defesa da ordem moral e cristã.

Cabia à mulher, também, o dever eleitoral católico, em que somente se devia votar em candidatos que garantissem e respeitassem os direitos de Deus e da Igreja. O temor que a Igreja tinha, em não ter seus princípios respeitados pelos representantes do Estado, fez com que a Instituição criasse a Liga Eleitoral Católica, que tinha como principal objetivo ter os direitos de Deus e da Igreja atendidos. Dessa forma, uma grande ação católica, formada por homens e mulheres, tinha a função de orientar os eleitores quanto aos candidatos “adequados” para a Pátria e, “esses [candidatos], tinham que visar aos interesses superiores de vosso país, a questão de garantir e preservar para vosso povo sua civilização cristã para as meninas e mulheres e mães cristãs.”<sup>1</sup> (Jornal A Imprensa, 01 mar.1935, p. 2)

Esse movimento em prol de um país que respeitasse e defendesse os direitos divinos (leia-se: católicos), teve grande apoio das mulheres católicas, a exemplo das noelistas e, as que faziam parte do movimento *Juventude Católica Feminina*. Essas, últimas trabalharam à frente da propaganda eleitoral com o intuito de arregimentar eleitoras, visto que, pela nova ordem constitucional-eleitoral, o voto feminino só era obrigatório para as mulheres funcionárias públicas. A *Juventude* era formada por moças do mais variado nível social e, em depoimento da sua “espinhosa missão”, afirmavam:

Algumas não compreendem o nosso desinteresse e não alcançam o valor o direito de voto que a lei lhes concedeu, e se negam a nos atender.

[...] enquanto outras, imediatamente **acendem(sic) ao nosso pedido e se prontificam a fazer o que lhes determinamos.** (Jornal *A Imprensa*, 11 fev.1933, p.4 - Grifos nossos)

O objetivo da associação, como parte integrante da Ação Católica era de fazer o alistamento eleitoral entre as mulheres, visitando-as de casa em casa, pedindo-lhes que assinassem os requerimentos necessários do Juiz Eleitoral e do Escrivão de Registro Civil, demonstrando o que esse exército feminino, a serviço da Igreja, era capaz. Muitas delas dividiam seu tempo com a causa e com o trabalho, que tinham para se manterem, o que era algo louvável, segundo a Igreja.

O voto feminino, defendido pela Instituição, como forma de engrossar o número de votantes, foi uma evidência no período, e as noelistas, compartilhando com a mesma idéia, defendiam, com todo o vigor, o direito da mulher também participar dos destinos do país.

O processo que concretizou a conquista do voto feminino, teve suas bases de discussão bem antes da década de 1930. Embora a luta pelo sufrágio feminino estivesse em curso desde a segunda metade do século XIX, quer pela via da divulgação ideológica, quer pelo recurso jurídico, quer pela via legislativa<sup>2</sup>, em termos organizativos, somente com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, é que o sufrágio elevou seu nível reivindicatório. (MACEDO, 2004)

Na Paraíba dos anos de 1920, um dos precursores da luta pelo voto feminino foi o escritor, poeta e jornalista Carlos Dias Fernandes, muito embora o movimento só tenha se ampliado por ocasião da campanha constitucionalista iniciada no país em meados de 1931. Em 1929, o Dr. Celso Novaes, juiz de direito da comarca de Santa Rita, deferiu o requerimento de alistamento da professora Isabel Iracema Feijó da Silveira, escritora poeta e uma das fundadoras do Comitê Feminino da Aliança Liberal na Paraíba e, da Associação Prahybana para o Progresso Feminino (SANTANA, 2000)

O *sufrágio feminino* foi uma das causas que as noelistas passaram não somente a ver com bons olhos, como também engrossaram as fileiras desse movimento. A exemplo do artigo intitulado “*voto feminino*”, escrito pela noelista carioca Guiomar de Sá Fonte<sup>3</sup>, publicado pelo *Jornal do Comércio* de Pernambuco, em que procurou

mostrar, a partir das suas letras, a importância do voto feminino, enquanto forte instrumento para defender “direitos” considerados essenciais, como a religião e a Pátria:

O direito de voto concedido às mulheres brasileiras empolga deveras a elite feminina, na compreensão inteligente do cumprimento de um dever cívico, do qual está a depender o destino da nossa Pátria ... (*Jornal do Comércio*, Recife; 30 out. 1932: p. 2)

No decorrer do texto, a autora afirma ser um dever e uma obrigação da mulher católica, participar do destino do Brasil. E por mulher católica, entendem-se todas que praticam a religião, independentemente da classe social.

Continuando com seu discurso em defesa do voto feminino, a noelista chama as mulheres, em nome da Igreja Católica, para cumprir esse dever cívico e defender interesses que são seus, sob a condição de estar defendendo a Pátria. No jornal *A Imprensa*, campanhas com esse intuito foram divulgadas constantemente, com a finalidade de incentivar a mulher paraibana e, principalmente a católica, para fazerem parte desse dever, do qual não deveriam se omitir.

A grande questão envolvendo a conquista do direito político da mulher era não somente o preconceito quanto a sua capacidade mental, mas e, principalmente, o “desajuste social” que isso poderia causar, temia-se que as mulheres deixassem de ocupar o espaço privado do lar, para assumirem o espaço público da política.

Diante da questão, o que se colocava, era um direito político limitado, em que as mulheres cumprissem o seu dever cívico sem terem que abandonar o seu espaço “por natureza”, o lar, isto é, votem e voltem.

Nessa perspectiva, o discurso absorvido pelas noelistas é o de que

O papel da esposa e mãe não impede a mulher exercer grande influencia fora do lar, fora do ambiente familiar. Pela sua personalidade moral, a mulher pode desenvolver livremente a sua capacidade em prol dos interesses políticos dos povos. A mulher que é membro livre e independente da vida humana, valendo pela sua superioridade própria, e não pelo fato de ser mãe de família. (*Jornal do Comércio*, Recife; 30 out. 1932: p. 2)

Nesse sentido, a emancipação política da mulher, não interferia na sua “função natural”, colocando-se, então, a referida noelista, como veemente defensora do voto feminino e da família.

A questão do voto feminino foi algo bastante discutido entre as noelistas e, principalmente pela LEC, que incutiam nas mulheres, o dever cívico em prol da fé católica. Em conferência da professora Eudésia Vieira<sup>4</sup> sobre o voto feminino, a palestrante, que se colocava como uma “verdadeira” mulher cristã, discorreu sobre a colaboração da mulher brasileira nos futuros destinos do Brasil dizendo que “ ao elemento feminino assistia o dever de agir pela integridade da família brasileira, concretizando com o voto o seu interesse por uma pátria mais digna do seu principio [...]”(JORNAL *A Imprensa*, 10 mar. 1933, p.3)

A Eudésia Vieira que chama as sufragistas de “revoltadas”, durante a campanha pelo voto feminino, na década de 1920, era a mesma que, em 1933, organiza uma conferência para falar da necessidade da colaboração da mulher brasileira nos futuros destinos do Brasil.

Na ocasião da conferência, esteve presente o sr. Arcebispo Coadjunto D. Moisés Coelho e o presidente da LEC, o Dr. Lauro Wanderley, que presidiu a reunião. Essas presenças eram importantes para o objetivo a que se propunham a LEC e a Igreja Católica. E como disse o Pe. Medeiros Neto, “*A Igreja é a alavanca da paz e o baluarte da ordem*”. É com esse princípio que ela seguia na luta eleitoral em prol da fé católica, deixando claro que não se colocava como partido político, visto que este é algo partidário, dividido, e a Igreja era una em sua fé e seus propósitos.

Foi, portanto, a partir dos movimentos leigos, orientados pela Igreja Católica, que se deu prosseguimento ao movimento da *Neocristanidade*<sup>5</sup>, assim como se determinou o perfil e o comportamento que a mulher deveria seguir para se tornar uma verdadeira mulher cristã e influente no meio em que vivia, ideal esse marcante na época, que contou com a grande contribuição do Núcleo Noelista da Paraíba.

O princípio comum aos referidos momentos era o de manutenção da ordem. Antes da conquista do sufrágio feminino, a mulher que pretendesse participar da vida política, era considerada uma revoltada ou usurpadora do espaço masculino. Com a conquista do voto, em 1932, a participação política, dizia Eudésia, se torna um dever, que a mulher brasileira e, principalmente, a paraibana, não pode deixar de cumprir.

Após anos de luta pelo voto feminino, as sufragistas conquistam o voto e se desmobilizam; as mulheres trabalhadoras conquistam a redução da jornada de trabalho, praticamente se igualando [juridicamente] aos homens, proibindo o trabalho noturno de mulheres e menores, assim como são instituídas outras leis trabalhistas. Destaca-se que,



ao lado dessas medidas, usou-se a repressão policial, principalmente contra as idéias socialistas, havendo, dessa forma, um descenso na luta das mulheres trabalhadoras.

Apenas três anos depois, com o golpe do Estado Novo e a instalação do regime totalitarista, a parte da Constituição de 1934 que dizia “sem distinção de sexo”, foi cortada, assim como foi extinta a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Este foi um período marcado por censura violenta, que castrava a criatividade intelectual brasileira e fez com que o feminismo e muitos outros movimentos populares refluíssem.

A partir de então, a participação das mulheres deixa o campo dos movimentos feministas e assume os movimentos femininos. Nesse contexto, as mulheres que ganham a cena pública, não buscarão reivindicações políticas, pois o período não o permitia. A causa é o controle social, a partir de campanhas assistencialistas. É um período marcado por associações constituídas por mulheres que, assumindo o aspecto mais conservador da sociedade, buscam atender aos menos favorecidos.

Com o fim da Segunda Guerra e, juntamente com ela, o fim do autoritarismo Vargasista no Brasil, as mulheres brasileiras voltam ao cenário político, particularmente em movimentos para o restabelecimento da democracia, sem, contudo, terem, na época, um espaço próprio para tratar de sua especificidade.

Quanto ao Núcleo Noelista da Paraíba, ele ultrapassou vários momentos da história política do país, desempenhando seu papel de manutenção da ordem tradicional, chegou ao seu fim na década de 1970, por falta de mulheres interessadas em se dedicarem às causas do movimento, encerrando seus trabalhos com apenas 3 associadas, das quais, apenas uma se encontra viva. Dentre as associadas que mais contribuiu com o Núcleo paraibano, destaca-se a professora Carmem Coelho, muitas vezes presidente do mesmo comandando e direcionando o movimento noelista na Paraíba.

---

<sup>1</sup> Para maior aprofundamento do assunto, ver José Oscar Beozzo. "Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". IN: BORIS, Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v.4, 1986. Edgar Carone. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991. Martha Falcão de Carvalho e Morais Santana. **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

<sup>2</sup> Leolinda Daltro, em 1910, funda o Partido Republicano Feminino a fim de provocar a volta ao Congresso do debate sobre o voto de mulheres.

<sup>3</sup> A noelista carioca Guiomar de Sá Fonte era conselheira do corpo editorial da revista *Natal*, principal veículo de divulgação e unificação do Movimento Noelista no Brasil.

<sup>4</sup> Eudésia Vieira, nascida em Livramento, município de Santa Rita, foi a primeira médica paraibana, além de professora. Era coloadora da coluna FEMININA, no jornal *A Imprensa*. (JORNAL *A União*, 23 ago. 1996, p.4).

---

<sup>5</sup> Sobre o movimento da Neocristandade ver: MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: brasiliense, 1989.

## **REFERÊNCIAS:**

FAUSTO, Boris. (org). **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 2º vol. 3ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

MALUF, Marina e MOTT, Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil** . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Uma luta justa ... e elegante: feminsmos conflitantes na década de 20**. Anais – ANPUH-RIO; Rio de Janeiro, 2004.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. de. & SOIHET, Rachel. **Gênero em debate**. São Paulo, EDUSC, 1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. . **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

Pequeno Catecismo Noelista, 15 abr. de 1935. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Jornal *A União* - fev. de 1933, p.8 (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano);

*Jornal do Comércio*, Recife; 30 out. 1932: p. 2 (Arquivo Eclesiástico de Pernambuco)

Jornal *A Imprensa*, 1931-1933. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Revista *Natal*, 1939, p. 28 (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).